AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

A NOVA RURALIDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS PARA O REAJUSTE DA P&D PARA A AGROPECUÁRIA

ANTONIO CARLOS LAURENTI; MAURO EDUARDO DEL GROSSI;

UNB

BRASILIA - DF - BRASIL

laurenti@iapar.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

A nova ruralidade brasileira e os desafios para o reajuste da P&D para a agropecuária

Grupo de Trabalho: 07 – Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

A inusitada demografia da década precedente ensejou uma nova concepção do mundo rural brasileiro, notadamente pela interrupção do declínio da população rural, resultante da expansão da população com ocupação não-agrícola e da população não economicamente ativa, conforme o Projeto Rurbano. O objetivo neste artigo é apresentar os resultados da avaliação do prosseguimento dessas tendências no período 2001–2006.

Entre as principais semelhanças aponta-se a continuidade do aumento da população rural ocupada em atividade comercial não-agrícola e da diminuição do pessoal ocupado na agricultura mercantil. As distinções mais proeminentes nesta década foram o crescimento da população rural e a suspensão da redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil, com expressiva participação da população ocupada no autoconsumo. Portanto, o "novo rural" persiste como noção relevante para equacionar o desenvolvimento rural brasileiro.

A nova ruralidade acentua a heterogeneidade da demanda para a organização pública de P&D para a agropecuária, e tornará mais laboriosa a confecção da programação, perante a falta de recursos e de critérios objetivos para selecionar diferentes projetos de P&D. Isto sugere uma nova conduta que integre a participação de diferentes atores, com a transparência e a governança requeridas pela sociedade, numa nova agenda de P&D para agropecuária paranaense.

Palavras chaves: atividade não-agrícola, novo rural, PEA, P&D, *stakeholder*.

Abstract

Last decade showed an unusual demography, marked by the interruption of rural population decline as a result of increases in non-agricultural occupied population and in inactive population that engendered a new conception of Brazilian rural world, according to Rurbano Project. This paper aims to show the results of the investigation about the continuity of those tendencies on the 2001-2006 period.

The relevant resemblances were increases in rural population occupied in commercial non-agricultural activities and decreases in the rural population occupied in mercantile agricultural ones. Rural population expansion and the stop in reduction in occupied population in mercantile agricultural, with expressive participation of self-consumption activity, were the prominent distinctions of the 2001-2006 period. Therefore, the "new rural" continues to be a significant concept in the design of the Brazilian rural development.

The "new-rural" enhances the heterogeneity of demands to the agricultural R&D public organization. It will require more work consuming strategies to achieve a suitable distribution of scarce resources among distinct research goals. This fact allied with the lack of objective criteria to select R&D projects demand a new behavior code that aggregate different actors with the transparence and accountability claimed by society, to make a new agricultural R&D agenda in Paraná State.

Key words: "new rural", non-agricultural activity, PEA, P&D, *stakeholder*.

A nova ruralidade brasileira e os desafios para reajuste da P&D para a agropecuária

1. Introdução

Na fase inicial do **Projeto Rurbano**[1] se evidenciou, com base nos microdados da PNAD, que a dinâmica demográfica das áreas rurais do Brasil no período de 1992 a 1999 se distinguiu dos anos precedentes. Destacou-se como aspecto destoante a interrupção do declínio da população rural, resultante: a) do aumento da população com dez anos ou mais de idade; b) da diminuição do pessoal ocupado na agricultura mercantil; c) do crescimento do pessoal ocupado em atividade comercial não-agrícola; d) do aumento no total de pessoas desocupadas e procurando emprego; e, e) expansão da população economicamente inativa[2], conforme pode ser observado no Anexo A.

As mudanças na magnitude e na composição da população rural brasileira com dez anos ou mais de idade ocorreram de modo disperso no plano regional, isto é, com exceção da Grande Região Sul, seu crescimento incidiu nas demais grandes regiões (Anexo B) e, em todas as regiões, aumentou a população ocupada em atividade comercial não-agrícola e diminuiu a quantidade de pessoas ocupadas na agricultura mercantil. Assim, foi genérica a redução do pessoal ocupado em função da expansão do conjunto das pessoas com ocupação em atividade comercial não-agrícola, na grande maioria das regiões e, em particular, no

[1] Para finalidades e histórico desse projeto consultar www.eco.unicamp.br/nea/**rurbano**/divulg/novorural.html .

[2] Essa peculiaridade dos anos noventa do século passado está descrita em DEL GROSSI, Mauro Eduardo e GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações e Rendas Rurais no Brasil, In: IAPAR. **ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas: anais : oficina de atualização temática.** Londrina, Paraná, IAPAR, 2000. Também foi descrita com uma menor série temporal em LAURENTI, Antonio Carlos e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José (Editores). "**O Novo Rural Brasileiro - Uma Análise Nacional e Regional**", Jaguariúna, São Paulo, EMBRAPA, 2000.

estado do Paraná, ter sido insuficiente para compensar a redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil (Anexo C). Para essa Unidade da Federação era previsível que em meados desta década se verificaria a equivalência quantitativa entre o pessoal ocupado na agricultura mercantil e o grupo de pessoas ocupadas em atividade comercial não-agrícola, enquanto que para o Brasil, tal situação era esperada para o final desta década[3], (Anexo D).

A continuidade das tendências e a veracidade desses prognósticos são agora passíveis de investigação com os recentes microdados da PNAD, investigação essa cuja relevância se depreende, primeiro, na suspensão do declínio da população rural e na expansão da população com dez anos ou mais de idade que possibilitam retomar a proposição de novas iniciativas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Ou seja, a importância desse tipo de ação se acentua com a atual vigência dessas tendências de variação da população rural. Em segundo, que as políticas públicas devam mobilizar um elenco mais eclético de instrumentos e de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural. Isto na perspectiva de imutabilidade do diagnóstico de que o perfil do meio rural brasileiro, em termos da ocupação das pessoas, extrapola o conjunto das atividades agrícolas, conforme indica a tendência de incremento do total de pessoas com ocupação não-agrícola. Por último, que a citada mescla de ações públicas também envolva o setor terciário, em função da magnitude da população não-economicamente ativa, do conjunto de pessoas desocupadas e procurando emprego e do grupo de pessoas parcialmente ocupadas.

Assim, a finalidade básica deste relato é, com os microdados da PNAD do qüinqüênio de 2001-2006, examinar a continuidade das principais tendências demográficas definidoras do "novo rural" brasileiro, mostrar as diferenças mais notórias em relação ao período 1992-1997 e, por fim, comentar alguns desafios para o reajuste das diretrizes da iniciativa pública de P&D dirigida à agropecuária paranaense.

Por isso, torna-se imperativo o uso dos procedimentos metodológicos e conceitos previa-mente empregados na identificação das respectivas tendências em pauta, os quais são expostos na segunda parte deste relato, notadamente quanto ao conceito de PEA Restrita – PEAR, conforme apresentado por DEL GROSSI (1999).

Na terceira parte, são mostrados os principais resultados tendo-se em conta as hipóteses formuladas para a Federação, Grandes Regiões (modificadas) e estado do Paraná. No geral, a descrição se baseia na ampla reprodução das tendências já observadas, ou melhor, na continuidade do crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade, na diminuição da importância relativa da agropecuária como fonte de postos de trabalho e na acentuação da função de moradia que o meio rural exerce para uma vultosa parcela de sua população. Enfim, trata-se de um breve reexame da nova ruralidade brasileira.

Na parte conclusiva, tendo-se em conta as principais constatações associadas à tendência de consolidação do novo rural brasileiro, se comenta algumas implicações para o reajuste da iniciativa pública de P&D, pois os citados movimentos demográficos impactam diretamente o estabelecimento das diretrizes das ações públicas para o meio rural, pois suscitam a mobilização de um conjunto mais diversificado de empreendimentos para desenvolvimento local, segundo CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA (2005). Todavia, o intento básico é só apontar alguns desafios associados ao rearranjo da iniciativa

[3] Projeção mostrada em LAURENTI, Antonio Carlos. Terceirização dos Trabalhos Agrários e o Novo Rural, 2000. In: IAPAR. Op cit, p. 02.

pública de P&D para a agropecuária que propicie um atendimento eficaz da crescente heterogeneidade das demandas afins da sociedade. Notadamente quanto à maior intervenção das partes interessadas e, por conseguinte, maior transparência na definição das ações públicas voltadas ao desenvolvimento rural economicamente diversificado e sustentável.

2. Conceitos e procedimentos metodológicos

A averiguação da continuidade, ou não, das tendências de variação dos diversos grupos de pessoas em pauta será feita examinando-se os valores dos coeficientes angulares de equação do tipo *log - linear*, que relaciona o conjunto de estimativas do tamanho do grupo populacional aos respectivos anos de observação, sendo a taxa de variação anual expressa em percentagem, com a aceitabilidade das hipóteses aferida pelo teste **t** e se tendo em conta os níveis de 5%, 10% e 20% de significância. Esse teste é aplicado para verificar se a dispersão das respectivas estimativas das populações se aproxima, ou acompanha o padrão previsto no modelo de regressão, ou se são aceitáveis as hipóteses firmadas com relação à evolução dos grupos populacionais em pauta[4].

As estimativas da população economicamente ativa (PEA) correspondem ao conceito de trabalho vigente na PNAD até 1992, aqui designado de PEA Restrita, ou PEAR, para demarcar a diferença com o conceito de PEA hoje usado. Conforme DEL GROSSI (2005)[5], a PEAR não envolve a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho principal passou também incluir: a) a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução; b) o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, e com carga horária inferior a quinze horas semanais no trabalho principal. Esses grupos populacionais bem como a resultante "PEA ampliada", ou simplesmente PEA, também serão computados com a finalidade de ilustrar algumas implicações da citada modificação do conceito de trabalho para a contagem da PEA e, por conseguinte, para conformação do novo rural.

A definição de 'rural' aqui adotada corresponde aquela considerada pelo IBGE na elaboração da PNAD, cuja circunscrição resulta da delimitação do perímetro urbano pela legislação municipal. O IBGE mantém fixa a malha cartográfica no período intercensitário, mesmo quando legalmente se altera o perímetro urbano, sendo que para efeito da PNAD as respectivas atualizações da área urbana somente serão consideradas por ocasião do próximo Censo Demográfico. Esse procedimento faculta a direta comparabilidade interanual das PNAD do período intercensitário. Em complemento, adverte-se que na contagem da população rural não estão contabilizados os habitantes de aglomerações de domicílios, tais como as sedes dos distritos e vilas, não contíguas ao perímetro da cidade. Tais áreas urbanas isoladas são legalmente consideradas como urbanas, sendo seus moradores integrantes da população urbana.

Serão consideradas as estimativas da população rural e dos seguintes subgrupos da população rural com dez anos ou mais de idade: PEAR; PEAR rural ocupada (trata-se grosso modo de uma subestimativa da PEA ocupada em atividade comercial, pois excluí só o grupo minoritário de trabalhadores dessa atividade que não remunerados e com jornada inferior quinze horas semanais); PEAR rural não ocupada e procurando emprego, PEAR rural

[4] Duas abordagens didáticas acerca dos procedimentos e testes estatísticos aqui utilizados são encontradas em CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. Op. cit., p. 02.

[5] Op. cit., p. 03.

ocupada em atividade agrícola (que grosso modo corresponde a PEA ocupada na agricultura mercantil), PEAR rural com ocupação não-agrícola (que grosso modo corresponde à PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola) e a população rural economicamente inativa. Isto se considerando a União, afora a Grande Região Norte, e as demais Grandes Regiões (modificadas), conforme segue.

A comparabilidade entre os dois períodos de tempo em foco requer a repetição das modificações efetuadas quanto a convencional subdivisão do território brasileiro em grandes regiões. Assim, permanece o estado de São Paulo como uma Grande Região e, por conseguinte, a retirada dessa UF da Grande Região Sudeste, a Grande Região Centro Oeste será considerada na sua antiga abrangência geográfica, isto é, com o estado de Tocantins, sendo que no plano regional também não será contabilizada a área rural da Grande Região Norte. Completam o conjunto as Grandes Regiões Sul e Nordeste sem modificações.

A averiguação da persistência ou não das tendências definidoras do novo mundo rural será efetuada, na sua maior parte, tendo-se como referência básica a evolução da população rural com dez anos ou mais de idade conforme expressa na Tabela 01. A tabulação também será feita para o Paraná, estado que além de ocupar um papel de destaque na agropecuária mercantil brasileira, tem essa atividade como expressiva fonte de posto de trabalho e de renda dos habitantes do meio rural.

Tabela 01. População rural com dez anos ou mais de idade segundo condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil, 1981/1997.

Item	População (Pessoas X 1.000)						Taxa anual (%)	
	1.981	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	81-92[a]	92-97[b]
Rural com 10 anos ou mais de idade	**24.234**	**23.785**	**23.760**	**24.029**	**24.211**	**24.318**	**-0,2 ***	**0,5 *****
Total da "PEA restrita" Rural	13.936	15.001	14.998	14.935	14.309	14.572	0,7 ***	-0,8 *
Ocupados	13.797	14.689	14.702	14.613	13.905	14.144	0,6 ***	-1,0 **
Agrícola	10.736	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	0,4 ***	-2,2 ***
Não-agrícola	3.061	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	1,2 ***	2,5 **
Não ocupados – Procurando Emprego	139	312	295	322	404	430	7,6 ***	7,4 ***
Não Economicamente Ativos	10.298	8.783	8.762	9.094	9.902	9.746	-1,4 ***	2,6 ***
Aposentado, Pensionista ou Outras Rendas	1.240	1.517	1.699	1.890	2.045	2.073	1,9 ***	6,4 ***
Outros não economicamente ativos	9.058	7.266	7.063	7.204	7.857	7.673	-2,0 ***	1,7 *

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA – IE/Unicamp, Fevereiro 1999. Copiado da tabela 1 do capítulo 1 do livro intitulado "O novo Rural Brasileiro – Uma Análise Nacional e Regional" op cit pg 02.

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. ***; **; *, significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão l*og-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

Essa UF também se destacou pelo ritmo de redução na população ocupada na agricultura mercantil e de expansão do grupo de pessoa ocupada em atividade comercial não-agrícola, sendo que tais movimentos ocorreram em ritmo mais acelerado que aquele observado no plano nacional[6]. Assim, era previsível que no final desta década o total de pessoal ocupado na agricultura mercantil se equivaleria ao de pessoas ocupadas em atividade comercial não-agrícola, no meio rural paranaense. Isto devido à contínua difusão de inovações na base técnica e na organização do empreendimento agrícola nessa UF[7], que instigaram o exame de algumas diretrizes da P&D para a agricultura paranaense, realizadas neste texto.

Para a estimativa da PEA serão contabilizadas somente as pessoas desocupadas e que buscaram emprego e não o conjunto, mais amplo, de pessoas que procuraram emprego. Isto,

[6] Sobre a evolução da população rural paranaense na última década de noventa e sua projeção para o ano 2010 consultar IAPAR (2000). Op cit p. 02.

[7] Uma descrição mais detalhada dessa associação está descrita em LAURENTI, Antonio Carlos. **Terceirização na Produção Agrícola – A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**, Londrina, Paraná, IAPAR, 2000.

para evitar a dupla contagem, pois segundo a PNAD, a enumeração quanto à procura de emprego incluí, além das pessoas desocupadas, aquelas que estavam ocupadas e que procuraram emprego distinto daquele que tinha na semana de referência.

A hipótese geral de trabalho é que, afora algumas diferenças localizadas e de valor das taxas de variação anual, deve persistir a grande maioria das tendências observadas, particularmente a de crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade, conforme os resultados obtidos por DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA (2005). Isto, num contexto de reincidência da redução da PEAR ocupada na agropecuária e de expansão da PEAR com ocupação não-agrícola, do conjunto de pessoas não ocupadas e procurando emprego e do total de inativos. Ou, que a tendência de aumento da população rural com dez anos ou mais de idade vem sendo acompanhada da redução do predomínio quantitativo da PEA rural da agricultura no território brasileiro. Tais suposições se estendem às demais grandes regiões e ao estado do Paraná.

A diminuição do predomínio da agricultura mercantil, como atividade empregadora, será aferida via aplicação do modelo de regressão aos valores da relação **-PEAR não-agrícola/PEAR agrícola-**. Igualmente, a prevalência da função de moradia será conferida pelos valores das proporções **-Não-economicamente ativa/Com dez anos ou mais de idade- e -(Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego)/Com dez anos ou mais de idade-.**

Em termos específicos se espera:

a) a persistência do desempenho inexpressivo do crescimento da PEA rural ocupada em atividade comercial não-agrícola na região nordestina;
b) a continuidade do aumento da população rural paulista com dez anos ou mais de idade, devido a expansão da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola;
c) a continuidade, nas grandes regiões Sudeste (-SP) e Sul, do ritmo mais acentuado de crescimento da PEA rural ocupada em atividade comercial não-agrícola, porém insuficiente para evitar a redução do total da PEA ocupada em atividade comercial;
d) manutenção do aumento da PEAR rural ocupada devido ao crescimento da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola e da PEA ocupada na agricultura mercantil, na grande região Centro Oeste (+TO);
e) a repetição da dinâmica da população rural paranaense marcada pelo ritmo mais acelerado, em relação à União, de expansão da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola e de redução da PEA ocupada na agricultura mercantil.

Todavia, as tendências especificadas com os microdados mais recentes da PNAD poderão não reproduzir, integralmente, aquelas detectadas no período 1992-1999, especialmente quanto à magnitude das taxas anuais de variação e, conforme suposto anteriormente, são maiores as chances de discrepâncias no plano regional, tanto em função da existência de distintas dinâmicas locais, bem como da incidência de políticas públicas recentes e de abrangência mais restrita. Aponte-se, por exemplo, que desde o início de 2003 as famílias em situação de extrema pobreza passaram a contar com uma política de transferência de renda da União denominada Programa Cartão Alimentação - PCA[8] (integrado posteriormente ao programa Bolsa Família), inicialmente destinado às famílias da região semiárida nordestina.

[8] Sobre a evolução, abrangência e especificidade do PCA dentro de uma ampla política de segurança alimentar e nutricional consultar BALSADI, Otavio Valentin. O Programa Cartão Alimentação (PCA) Em Números: balanço de sua implementação e contribuição para políticas sociais, In: **Anais do XLII Congresso da SOBER**, Cuiabá, 2005.

Em apoio a essa conduta cautelosa quanto à expectativa de reprodução modificada das tendências já observadas, cita-se, por exemplo, que o *boom* agrícola de 1999 a 2002 poderá ter logrado um avanço na ocupação agrícola, principalmente pelo fato de que crescimento do produto agrícola também vem contando com a expansão da área cultivada, embora em ritmo menor que o crescimento do produto agrícola[9]. Tais postos de trabalho podem também ter experimentado um avanço na Grande Região Sul, onde o PRONAF tem tido uma ampla difusão[10], não obstante a maior concentração de agricultores familiares se situe na região Nordeste. Enfim, a recente evolução da agropecuária brasileira pode ter propiciado um aumento mais amplo da PEAR rural ocupada no período de 2001 a 2006.

3. A tendência de consolidação do novo rural brasileiro

3.1 Contexto nacional

As estimativas da quantidade de pessoas e as taxas anuais de variação no período de 2001 a 2006, apresentadas na Tabela 02, permitem denotar, primeiro que a população rural

Tabela 02. População do Brasil, segundo a situação do domicílio, condição de ocupação e setor de atividade principal, na semana de referência da PNAD, e taxa média de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						T[3]
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Total[1]	**170.812**	**173.391**	**175.988**	**178.605**	**181.209**	**183.897**	**1,5 *****
Com 10 anos ou mais de idade	138.859	141.761	144.641	147.204	150.401	153.761	2,0 ***
Economicamente ativa (ampliada)	83.952	86.917	88.803	91.035	94.396	95.776	2,7 ***
Sem declaração	17	12	18	13	11	0	-47,5 **
Ocupada	76.098	78.959	80.163	82.817	85.487	87.629	2,8 ***
Grupamento não-agrícola	60.453	62.682	63.595	66.338	68.651	71.345	3,3 ***
Grupamento agrícola	15.645	16.277	16.568	16.479	16.836	16.284	0,8 *
Não ocupada e procurando emprego	7.853	7.958	8.640	8.218	8.909	8.147	1,4 _
Não-economicamente ativa	54.890	54.832	55.819	56.156	55.995	57.986	1,0 ***
Urbana	**143.350**	**145.943**	**148.439**	**151.124**	**152.892**	**155.934**	**1,7 *****
Com 10 anos ou mais de idade	117.336	120.085	122.763	125.287	127.641	131.091	2,2 ***
Economicamente ativa (ampliada)	69.055	71.774	73.601	75.742	78.303	80.062	3,0 ***
Sem declaração	17	11	14	11	9	0	_ _
Ocupada	61.577	64.199	65.342	67.931	69.861	72.384	3,2 ***
Grupamento não-agrícola	57.055	59.243	60.132	62.688	64.597	67.259	3,3 ***
Grupamento agrícola	4.522	4.957	5.210	5.243	5.264	5.125	2,4 **
Não ocupada e procurando emprego	7.478	7.575	8.259	7.811	8.442	7.678	1,2 _
Não-economicamente ativa	48.264	48.300	49.149	49.534	49.329	51.028	1,0 ***
Rural	**27.462**	**27.448**	**27.549**	**27.480**	**28.317**	**27.963**	**0,5 ****
Com 10 anos ou mais de idade	21.523	21.676	21.878	21.918	22.761	22.671	1,2 ***
Economicamente ativa (ampliada)	14.897	15.143	15.203	15.293	16.093	15.713	1,3 ***
Sem declaração	1	1	5	2	2	0	-10,9 _
Ocupada	14.521	14.760	14.822	14.886	15.626	15.245	1,2 ***
Grupamento não-agrícola	3.398	3.440	3.464	3.650	4.054	4.086	4,3 ***
Grupamento agrícola	11.123	11.320	11.358	11.236	11.573	11.158	0,2 _
Não remunerada	387	418	415	468	475	478	4,6 ***
Não-agrícola	35	38	38	31	42	53	6,3 *
Agrícola	352	379	377	437	433	425	4,4 ***
Próprio uso ou consumo	1.901	1.938	2.079	2.009	2.365	2.492	5,6 ***
Autoconstrução	11	11	16	6	12	20	6,9 _

[9] Uma versão mais pormenorizada acerca da contribuição do crescimento da produtividade para a expansão do produto agrícola é encontrada em GONÇALVES, José Sidney. Crescimento do produto e conteúdo da produtividade na agropecuária brasileira do período de 1975-2003, In: **Informações Econômicas**, IEA, São Paulo, 2007.

[10] Uma coletânea de artigos condensados sobre a evolução do PRONAF é encontrada em MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica**, Brasília, MDA, 2006.

Autoconsumo	1.890	1.928	2.063	2.003	2.352	2.472	5,6 ***
Economicamente ativa (restrita)[2]	12.608	12.787	12.709	12.816	13.253	12.743	0,5 _
Ocupada	12.233	12.404	12.328	12.408	12.786	12.275	0,3 _
Não-agrícola	3.351	3.390	3.410	3.612	3.999	4.013	4,2 ***
Agrícola	8.881	9.013	8.918	8.796	8.787	8.261	-1,3 ***
Não ocupada e procurando emprego	375	384	381	408	467	469	5,2 ***
Não-economicamente ativa	6.626	6.532	6.671	6.623	6.666	6.957	0,9 **

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Afora as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

3)Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

não reproduziu a condição estacionária apresentada na última década do século passado, pois passou a crescer a uma taxa anual de 0,5% no período mais recente. Segundo, que o aumento na população rural com dez anos ou mais de idade já não se constitui numa peculiaridade da evolução demográfica dos anos noventa do século passado. Em 2001, a referida população era composta por pouco mais de 21,5 milhões de pessoas, tendo aumentado, estimativamente, para cerca de 22,7 milhões de habitantes, em 2006. Isto em função de uma taxa de variação de 1,2% ao ano, ou seja, num ritmo 2,4 vezes mais acelerado que àquele do período 1992 a 1997.

Esse crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade foi resultante do quase constante tamanho da população não-economicamente ativa, do acentuado aumento na PEAR com ocupação não-agrícola e do pessoal desocupado e procurando emprego. No conjunto, tais incrementos compensaram *pari passu*, de modo superavitário, as diminuições no montante da PEAR rural ocupada na agricultura (ou da PEA ocupada na agricultura mercantil), notadamente a partir de 2002. De modo que, tais resultados convergem para aceitação da hipótese geral de atual reincidência do processo diversificação da ocupação econômica do conjunto das pessoas residentes nas áreas rurais do Brasil, ou ainda, da constituição de um novo mundo rural brasileiro.

Entretanto, diferentemente do que se verificou de 1992 a 1997, no período recente, a notória expansão da população rural com dez anos ou mais de idade não foi acompanhada da contração da PEAR rural, que de 2001 a 2006 se manteve em torno de 12,8 milhões de pessoas, principalmente em função do crescimento quase nulo da PEAR rural ocupada[11].

O comportamento quase inercial do tamanho da PEAR rural ocupada decorreu do crescimento relativamente mais acelerado da PEAR com ocupação não-agrícola que experimentou um aumento absoluto de 662 mil pessoas no período, o qual possibilitou sobrepujar os sucessivos decréscimos na PEAR ocupada na agricultura, a qual de 2001 a 2006 acumulou uma redução de 620 mil pessoas.

De acordo com as suposições inicialmente feitas era esperada a acentuação da perda da função de local de trabalho que o meio rural exercia para substancial parcela de seus moradores, circunstância que conduziu à sugestão de que as novas iniciativas de políticas públicas para o meio rural não se limitassem ao âmbito agrícola ou industrial. Todavia, a suposta acentuação não foi observada no período de 2001 a 2006, segundo a tendência de

[11] Tendência também captada no período de 2001 a 2004 por DEL GROSSI, Mauro Eduardo e GRAZIANO DA SILVA, José. Op. cit., p. 05.

declínio dos valores das proporções **-Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade-** e **-Sem ocupação / Com dez anos ou mais de idade-,** mostradas na Tabela 03.

Tabela 03. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população rural do Brasil e taxa anual de crescimento no período de 2001-2006.

Item	Ano						t^2
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,308	0,301	0,305	0,302	0,293	0,307	-0,3 _
Sem ocupação econômica[1] / Com dez anos ou mais de idade	0,325	0,319	0,322	0,321	0,313	0,328	-0,1 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,413	0,416	0,408	0,401	0,386	0,364	-2,4 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,726	0,727	0,723	0,709	0,687	0,673	-1,6 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,377	0,376	0,382	0,411	0,455	0,486	5,6 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,305	0,304	0,305	0,325	0,350	0,366	4,1 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,170	0,170	0,182	0,178	0,203	0,222	5,4 ***

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2)Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso o teste **t** revela a existência ou não de uma tendência nos dados.***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

A abordagem dessas últimas tendências decorreu do uso do conceito de PEA restrita o qual implica no aumento da população não-economicamente ativa, cujo tamanho em 1997 era de aproximadamente 9,7 milhões de habitantes. Enquanto que, no período de 2001 a 2006, verifica-se, pela referida expansão do conceito de trabalho, que aquela população residente no meio rural manteve-se em torno de 30,0% do total da população com dez anos ou mais de idade, conforme mostrado na Tabela 03 acima. Esse encolhimento no conjunto das pessoas inativas é mais bem percebido tendo-se em conta que, em 2006, a "PEA ampliada" rural ultrapassou em quase 3,0 milhões de pessoas a PEA restrita, só em função da mudança do conceito de trabalho (Tabela 02).

Agregando-se à população rural não-economicamente ativa o grupo das pessoas não ocupadas e procurando emprego, verifica-se que o conjunto dos habitantes da zona rural sem ocupação econômica na semana de referência da PNAD, reunia, em 1997, pouco mais de 10,2 milhões de pessoas, ou, aproximadamente, 41,8% da população com dez anos ou mais de idade (Tabela 01). Novamente, neste caso o cômputo da população sem ocupação econômica envolve, além da pessoa que se declarou como inativa, a pessoa ocupada ao menos uma hora na semana em atividade de autoconsumo ou autoconstrução e os trabalhadores não remunerados com jornada inferior a quinze horas semanais. Em 2006, o conjunto composto pelas pessoas sem ocupação econômica era de aproximadamente 7,4 milhões de pessoas que correspondia, aproximadamente, a 32,7% da população com dez anos ou mais de idade (cálculo com base na Tabela 02).

Do mesmo modo, considerando-se a adição do grupo das pessoas parcialmente ocupadas (trabalhador sem remuneração, que teve jornada de menos de quinze horas semanais, e as pessoas ocupadas em autoconsumo ou autoconstrução) ao conjunto dos habitantes rurais sem ocupação econômica, obtém-se uma população de quase 10,4 milhões pessoas em 2006. Isto é, supostamente nesse ano, cerca de 45,8% da população com dez anos ou mais de idade teria o meio rural apenas como a circunscrição de sua moradia.

Tal participação seria ainda maior caso fossem também contabilizadas as pessoas que moram no meio rural e que tem ocupação exclusiva no meio urbano. Reforçaria ainda a dimensão de moradia do meio rural a contagem do total de crianças moradoras no meio rural

e da população flutuante, ou das pessoas que se casualmente deslocam para essa circunscrição por motivos variados tais como repouso, lazer, esporte, retiro espiritual etc.

Assim, pelo atual critério de enumeração da PEA, se esvai a interpretação de que na área rural a função de moradia em futuro próximo se sobreporia à função de trabalho, pois, em 2006, a PEA rural ocupada era de aproximadamente 15,2 milhões de pessoas, ou pouco mais de 67,2% da população rural com dez anos ou mais de idade. Isto não autoriza que a confecção das políticas públicas para o desenvolvimento rural fique limitada ao âmbito das atividades produtivas, pois somente a população economicamente inativa totalizava quase 6,9 milhões de pessoas em 2006.

Quanto à gradativa perda da supremacia da agricultura na dinâmica populacional do meio rural, verifica-se pela Tabela 02 que, em 2006, cerca de 63,6%, ou quase 14,4 milhões de pessoas domiciliadas nas áreas rurais com dez anos ou mais de idade, não tinham vínculos ocupacionais na atividade agrícola mercantil. Naquele ano a PEAR ocupada na agricultura representou apenas 36,4% da população com dez anos ou mais de idade e domiciliada no meio rural, sendo essa participação inferior àquela de 2001, quando atingiu 41,2%. Em contrapartida, considerando-se o conceito de "PEA ampliada" verifica-se que, em 2006, praticamente 31,5% do total das pessoas ocupadas, parcial ou plenamente, na agricultura moravam na área urbana, sendo que em 2001 essa participação se aproximava de 28,9%.

A gradativa exaustão do predomínio da agricultura na área rural também se denota no âmbito do pessoal ocupado, conforme pode ser aferido pelas informações da Tabelas 02 e 03, já mencionadas. Por um lado, pelo acentuado crescimento do pessoal ocupado em atividade comercial não-agrícola com conseqüente elevação de sua participação relativa no total do pessoal ocupado no meio rural. Por outro lado, em função do declínio absoluto do conjunto de pessoas com ocupação na agricultura mercantil e, por conseguinte, da redução de sua participação relativa no conjunto das pessoas ocupadas do meio rural. Ilustra isso a elevada taxa anual de crescimento (5,6%) da proporção **-PEAR não-agrícola / PEAR agrícola-**, cujo valor em 2006 foi de 0,486 que, grosso modo, sinaliza que de cada três pessoas ocupadas em atividades comerciais uma estava engajada em ocupação não-agrícola.

Muito embora no contexto da "PEA ampliada rural" também se verifique um vagaroso crescimento (0,8%, Tabela 02) da PEA com ocupação agrícola, a tendência ainda é de prevalecer o movimento de redução do predomínio da agricultura na ocupação de pessoas no meio rural. Atesta isso o valor da taxa anual de variação positiva de 4,1% na proporção **PEA não-agrícola / PEA agrícola**, no período de 2001 a 2006. Nesse último ano o valor da referida relação foi de 0,366, ou seja, de cada cinco pessoas ocupadas duas estavam engajadas em atividade não-agrícola.

O crescimento da população rural ocupada na agropecuária se deveu, basicamente, ao acelerado crescimento do grupo de pessoas ocupadas em atividade de autoconsumo, que abrigou em 2006 quase 2,5 milhões de pessoas, cifra que reafirma a importância do acesso a terra como estratégia relevante de subsistência de considerável parcela da população rural brasileira. Além disso, a participação da produção para o autoconsumo cresceu a uma taxa de 5,4% ao ano, fazendo com que, em 2006, de cada cinco pessoas ocupadas na agricultura uma estivesse engajada na produção de autoconsumo (Tabela 03).

Não obstante a nítida perda de predomínio do setor agrícola no cenário rural, a agricultura mercantil deverá permanecer como segmento majoritário quanto a PEAR rural ocupada, durante a próxima década. Ou seja, foi equivocada a suposição de que já em meados

da segunda década deste milênio se observaria, no cenário nacional, a equivalência entre a PEAR com ocupação agrícola e a PEAR ocupada não-agrícola.

Reforça a expectativa de comprovação dessa dinâmica demográfica o diagnóstico de que, desde os anos oitenta do século passado, a expansão da produção agrícola mercantil vem sendo resultante de uma dinâmica de mercado e de políticas públicas que, no conjunto, culminam na acentuação da trajetória de crescimento intensivo da agricultura nacional, principalmente pela elevação da produtividade do trabalho. Nesse movimento, a propensão de queda nos preços da maior parte dos produtos agrícolas tem sido compensada pelo aumento de produtividade. Isto é, à expansão do valor adicionado tem se associado um padrão técnico de produção que desfavorece a criação de postos de trabalho, tanto nas lavouras tradicionais como nas novas atividades agrícolas associadas a nichos de mercado.

Quanto à continuidade do avanço da população residente na área rural e que se ocupa em atividade comercial não-agrícola não se dispõe ainda de fatores propulsores e de amplo espectro de atuação, tal como vem sucedendo para a agricultura mercantil, que permitam assegurar empreendimentos em prol do crescimento daquelas atividades nas áreas rurais do território nacional. Ou seja, a exceção de algumas linhas de financiamento do PRONAF e do programa de apoio ao Desenvolvimento Territorial do MDA, é flagrante a ausência de um elenco eclético de política não-agrícola e de largo alcance voltado ao desenvolvimento de uma economia diversificada do meio rural brasileiro. Um outro aspecto favorável a essa expansão é que a mesma tem ocorrido principalmente em tarefas cuja exeqüibilidade não requer formação profissional aprimorada, ou que não exige um longo tempo de escolaridade.

Enfim, o que se vislumbra é que a expansão da população do meio rural e da população rural em idade ativa continuará sendo resultante, na sua maior parte, dos acréscimos do grupo de pessoas ocupadas em atividade comercial não-agrícola e do grupo das pessoas ocupadas na produção para autoconsumo. Tais tendências demarcam o novo perfil da zona rural e, por conseguinte, reafirma o mérito de se vistoriar o elenco de ações públicas destinado à melhoria das condições de vida dos habitantes da zona rural do Brasil.

3.2 Contexto regional

Durante o período de 2001-2006 a população rural decresceu apenas na grande região Sul, sendo que à semelhança da dinâmica populacional do período de 1992-1997 o crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade foi genericamente disperso e relativamente mais consistente na maioria das grandes regiões. Também foi generalizado o declínio na população engajada na agricultura mercantil, com exceção da grande região Centro Oeste (+TO), assim como foi genérico o aumento na população ocupada em atividade comercial não-agrícola, e novamente de modo especial na grande região Centro Oeste (+TO). Pelas informações contidas nas Tabelas 04 a 08, é possível afirmar que a ampla dispersão regional dessas tendências se constitui num forte indicativo para aceitação da hipótese geral de prosseguimento do processo de conformação do novo rural.

Tabela 04. População rural da Grande Região Nordeste por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						T[3] %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						

Rural	**14.393**	**14.527**	**14.549**	**14.401**	**14.951**	**14.764**	**0,6 ****
Com 10 anos ou mais de idade	10.946	11.206	11.259	11.207	11.713	11.662	1,3 ***
Economicamente ativa (ampliada)	7.355	7.582	7.618	7.601	8.062	7.778	1,3 ***
Sem declaração	0	1	4	1	1	0	_ _
Ocupada	7.184	7.432	7.471	7.438	7.852	7.591	1,3 ***
Grupamento não-agrícola	1.435	1.421	1.384	1.462	1.671	1.647	3,6 ***
Grupamento agrícola	5.749	6.011	6.087	5.976	6.182	5.944	0,7 _
Não remunerada	185	228	242	269	278	289	8,8 ***
Não-agrícola	19	20	22	23	33	38	15,7 ***
Agrícola	166	208	220	246	245	250	7,9 ***
Próprio uso ou consumo	984	946	1.067	1.037	1.277	1.360	7,4 ***
Autoconstrução	3	6	9	2	8	11	16,3 _
Autoconsumo	981	941	1.058	1.035	1.269	1.349	7,3 ***
Economicamente ativa (restrita)[2]	6.186	6.407	6.310	6.295	6.502	6.130	0,0 _
Ocupada	6.015	6.257	6.162	6.132	6.297	5.943	-0,1 _
Não-agrícola	1.413	1.395	1.352	1.437	1.628	1.598	3,3 ***
Agrícola	4.603	4.863	4.809	4.695	4.667	4.345	-1,2 *
Não ocupada e procurando emprego	171	150	148	163	210	187	4,5 *
Não-economicamente ativa	3.591	3.623	3.637	3.605	3.650	3.884	1,2 **

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 05. População rural da Grande Região Sudeste (-SP) por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t[3]
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Rural	**4.166**	**3.967**	**4.002**	**3.949**	**4.072**	**4.100**	**0,0 _**
Com 10 anos ou mais de idade	3.349	3.234	3.270	3.238	3.355	3.417	0,6 _
Economicamente ativa (ampliada)	2.329	2.328	2.272	2.264	2.414	2.436	0,9 *
Sem declaração	1	0	0	0	0	0	_ _
Ocupada	2.275	2.277	2.217	2.215	2.367	2.370	0,9 *
Grupamento não-agrícola	493	513	526	552	566	594	3,7 ***
Grupamento agrícola	1.782	1.764	1.692	1.663	1.801	1.776	0,1 _
Não remunerada	57	42	39	36	55	51	0,3 _
Não-agrícola	4	11	5	2	4	5	-9,0 _
Agrícola	53	32	34	34	51	46	2,1 _
Próprio uso ou consumo	368	445	398	375	439	449	2,6 _
Autoconstrução	1	1	3	2	1	2	21,2 _
Autoconsumo	367	444	394	373	438	446	2,5 _
Economicamente ativa (restrita)[2]	1.904	1.840	1.835	1.853	1.921	1.936	0,6 _
Ocupada	1.850	1.789	1.781	1.804	1.874	1.870	0,6 _
Não-agrícola	488	501	518	547	561	586	3,8 ***
Agrícola	1.362	1.288	1.263	1.256	1.313	1.284	-0,7 _
Não ocupada e procurando emprego	54	51	55	49	47	66	1,9 _
Não-economicamente ativa	1.019	906	998	974	941	982	-0,3 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 06. População rural da Grande Região de São Paulo por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t³
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Rural	**2.181**	**2.229**	**2.209**	**2.212**	**2.357**	**2.243**	**0,9 ***
Com 10 anos ou mais de idade	1.751	1.754	1.778	1.756	1.918	1.861	1,6 ***
Economicamente ativa (ampliada)	1.099	1.033	1.039	1.081	1.225	1.162	2,4 *
Sem declaração	0	0	0	0	0	0	_ _
Ocupada	1.014	922	930	970	1.099	1.043	2,0 _
Grupamento não-agrícola	568	570	582	611	731	700	5,4 ***
Grupamento agrícola	446	352	348	359	367	342	-3,3 *
Não remunerada	11	5	6	3	3	5	-14,3 *
Não-agrícola	2	3	4	3	1	3	-6,1 _
Agrícola	9	2	2	3	3	3	-11,7 _
Próprio uso ou consumo	55	47	53	69	48	52	0,0 _
Autoconstrução	3	2	1	0	2	4	_ _
Autoconsumo	53	46	52	69	46	49	-0,3 _
Economicamente ativa (restrita)[2]	1.033	981	981	1.009	1.173	1.104	2,6 *
Ocupada	948	870	871	897	1.047	985	2,3 _
Não-agrícola	564	565	576	611	729	694	5,4 ***
Agrícola	384	305	295	287	319	291	-3,6 *
Não ocupada e procurando emprego	87	120	110	119	130	119	5,6 **
Não-economicamente ativa	651	720	739	674	694	699	0,4 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 07. População rural da Grande Região Sul por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t³
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Rural	**4.768**	**4.829**	**4.704**	**4.794**	**4.735**	**4.689**	**-0,4 ***
Com 10 anos ou mais de idade	3.937	3.971	3.922	4.038	3.995	3.970	0,3 _
Economicamente ativa (ampliada)	3.037	3.129	3.141	3.143	3.106	3.089	0,2 _
Sem declaração	0	0	1	0	1	0	_ _
Ocupada	2.996	3.083	3.093	3.087	3.056	3.027	0,1
Grupamento não-agrícola	642	686	698	734	761	793	4,1 ***
Grupamento agrícola	2.354	2.397	2.395	2.353	2.295	2.235	-1,2 ***
Não remunerada	108	120	108	122	103	105	-1,2 _
Não-agrícola	8	3	4	3	1	6	-11,3 _
Agrícola	100	118	104	119	102	100	-0,8 _
Próprio uso ou consumo	337	339	367	318	373	412	3,4 _
Autoconstrução	2	1	2	0	1	1	-14,4 _
Autoconsumo	335	337	366	317	373	411	3,4 _
Economicamente ativa (restrita)[2]	2.593	2.670	2.665	2.703	2.627	2.571	-0,2 _
Ocupada	2.552	2.624	2.618	2.647	2.580	2.510	-0,4 _
Não-agrícola	633	683	692	730	759	786	4,2 ***
Agrícola	1.919	1.942	1.926	1.917	1.820	1.724	-2,1 ***
Não ocupada e procurando emprego	41	54	60	68	69	61	8,4 ***
Não-economicamente ativa	900	842	780	895	888	881	0,6 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa Ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tabela 08. População rural da Grande Região Centro Oeste (+TO) por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t[3] %
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	
	1.000 pessoas						
Rural	**1.954**	**1.896**	**2.085**	**2.125**	**2.202**	**2.168**	**2,9 *****
Com 10 anos ou mais de idade	1.541	1.512	1.649	1.679	1.779	1.760	3,4 ***
Economicamente ativa (ampliada)	1.076	1.071	1.132	1.204	1.286	1.249	4,0 ***
Sem declaração	0	0	0	1	0	0	_ _
Ocupada	1.052	1.046	1.111	1.176	1.252	1.214	3,8 ***
Grupamento não-agrícola	259	250	275	291	324	353	7,0 ***
Grupamento agrícola	793	796	836	885	928	861	2,7 ***
Não remunerada	27	22	20	38	36	27	6,5 _
Não-agrícola	3	2	3	3	3	2	-0,8 _
Agrícola	24	20	17	35	33	25	7,3 _
Próprio uso ou consumo	157	161	194	210	228	220	8,3 ***
Autoconstrução	3	1	1	2	1	1	-8,5 _
Autoconsumo	155	159	193	209	227	218	8,5 ***
Economicamente ativa (restrita)[2]	892	889	918	956	1.022	1.003	3,0 ***
Ocupada	868	863	897	928	988	967	2,8 ***
Não-agrícola	254	247	272	286	320	349	7,2 ***
Agrícola	614	616	625	642	668	618	0,9 _
Não ocupada e procurando emprego	24	26	21	28	34	35	9,2 ***
Não-economicamente ativa	465	441	516	474	493	511	2,1 *

Fonte: FIBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto, ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

A reprodução incompleta no período mais recente do cenário demográfico regional da década anterior se deveu ao fato de que o decréscimo na PEAR rural e na PEAR rural ocupada no período de 1992-1997 se repetiu somente na região Sul e de modo não consistente. Nas demais regiões foi irregular a evolução desses grupos populacionais no período de 2001 a 2006, destacando-se o crescimento da PEAR rural nas regiões paulista e Centro Oeste (+TO), sendo que nesta última região também cresceu a PEAR rural ocupada.

A aceitação da gradativa consolidação de um novo contexto rural se robustece, contudo, com a ampla reincidência da expansão de modo ubíquo da PEAR rural ocupada em atividade comercial não-agrícola no plano regional. Tal movimento foi o de maior consistência, pois, afora a singular redução dessa população na região nordestina no ano de 2002, mostrou um aumento sucessivo ao longo de 2001 a 2006, sendo as mais notórias as taxas anuais de crescimento apresentadas pelas regiões Centro Oeste (+TO) e de São Paulo.

Quanto ao aspecto da proeminência ou não da função de moradia tem-se que no plano regional também se verifica a redução da importância relativa dessa finalidade da zona rural. Isto porque, em todas as regiões em pauta foram dominantes as reduções no valor da proporção entre a **-População não-economicamente ativa/Com dez anos ou mais de idade-**, que se situou em torno de 0,300 no período de 2001 a 2006, afora nas regiões Sul (0,222) e São Paulo (0,380), segundo pode ser visto na Tabela 09. De modo parecido, também foi declinante o valor da proporção **-Sem ocupação econômica/População com dez anos ou mais de idade-**, afora na região Sul que, em contrapartida, teve os menores valores para essa proporção, não obstante o expressivo aumento do grupo das pessoas desocupadas e procurando emprego de 2001 a 2006.

A observação da dinâmica regional a partir do atual conceito de PEA permite, pelas Tabelas 04 a 08, notar que, afora a região Sul, a PEA rural e a PEA rural ocupada aumenta ram nas demais grandes regiões, principalmente devido ao genérico crescimento da PEA

ocupada fora da agricultura de modo similar ao desempenho demográfico da União. Nesses termos, a principal distinção com relação à demografia no plano nacional do período de 1992-1997 também se repetiu no âmbito regional.

O declínio relativamente menos acentuado, tanto na União como nas regiões, do grupamento de pessoas ocupadas em atividade agrícola se deve à expansão do grupo de pessoas engajada na produção para o próprio consumo, reafirmando a crescente relevância da produção agrícola não mercantil, especialmente nas grandes regiões do Nordeste e do Centro Oeste (+TO). Ou seja, tanto na região de predomínio da agricultura tradicional como na região de expansão da moderna produção agrícola.

O acelerado crescimento da população ocupada em atividade comercial não-agrícola permite estender para o plano regional a redução do predomínio da agricultura quanto à ocupação de pessoas do meio rural. Atestam isso as variações anuais positivas da proporção - **PEA não-agrícola / PEA agrícola** - de 2001 a 2006, em todas as regiões, conforme pode ser percebido pelos valores das taxas anuais mostradas na Tabela 09. Assim, a não redução na PEAR rural ocupada, em qualquer uma das grandes regiões, decorreu da genérica expansão na PEAR com ocupação não-agrícola, cujo incremento permitiu compensar de maneira superavitária a diminuição na quantidade de pessoas ocupado na agricultura mercantil nas regiões Sul e São Paulo.

A marcante contribuição do aumento da PEAR com ocupação não-agrícola para a ampla reincidência da redução do predomínio da agricultura mercantil na geração de postos de trabalho, assim como para a expansão diversificada da pauta econômica do meio rural, é

Tabela 09. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população rural, segundo as grandes regiões modificadas do Brasil, 2001 a 2006.

Região / item	Ano						T^2
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
Nordeste							
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,328	0,323	0,323	0,322	0,312	0,333	-0,1 _
Sem ocupação econômica[1] / Com dez anos ou mais de idade	0,344	0,337	0,336	0,336	0,329	0,349	0,0 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,420	0,434	0,427	0,419	0,398	0,373	-2,5 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,765	0,777	0,781	0,766	0,741	0,731	-1,1 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,307	0,287	0,281	0,306	0,349	0,368	4,6 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,250	0,236	0,227	0,245	0,270	0,277	2,9 **
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,171	0,157	0,174	0,173	0,205	0,227	6,6 ***
Sudeste (-SP)							
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,304	0,280	0,305	0,301	0,280	0,287	-0,9 _
Sem ocupação econômica / Com dez anos ou mais de idade	0,320	0,296	0,322	0,316	0,294	0,307	-0,7 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,407	0,398	0,386	0,388	0,391	0,376	-1,3 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,736	0,720	0,709	0,697	0,700	0,686	-1,3 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,359	0,389	0,410	0,436	0,428	0,457	4,6 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,277	0,291	0,311	0,332	0,314	0,334	3,6 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,206	0,252	0,233	0,224	0,243	0,251	2,4 *
São Paulo							
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,372	0,411	0,416	0,384	0,362	0,376	-1,2 _
Sem ocupação econômica / Com dez anos ou mais de idade	0,422	0,479	0,478	0,452	0,430	0,440	-0,5 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,219	0,174	0,166	0,163	0,166	0,156	-5,1 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,405	0,350	0,338	0,319	0,304	0,295	-5,7 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	1,471	1,856	1,955	2,131	2,287	2,386	9,4 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	1,275	1,621	1,669	1,699	1,992	2,047	9,0 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,119	0,130	0,149	0,193	0,125	0,142	3,0 _
Sul							
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,228	0,212	0,199	0,222	0,222	0,222	0,3 _
Sem ocupação econômica / Com dez anos ou mais de idade	0,239	0,226	0,214	0,239	0,240	0,237	0,7 _
PEAR agrÍcola / Com dez anos ou mais de idade	0,487	0,489	0,491	0,475	0,456	0,434	-2,3 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,752	0,740	0,736	0,724	0,706	0,687	-1,7 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,330	0,352	0,359	0,381	0,417	0,456	6,5 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,273	0,286	0,291	0,312	0,332	0,355	5,3 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,142	0,141	0,153	0,135	0,162	0,184	4,6 **

Centro Oeste (+TO)							
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,302	0,292	0,313	0,282	0,277	0,290	-1,3 _
Sem ocupação econômica / Com dez anos ou mais de idade	0,317	0,308	0,326	0,299	0,296	0,310	-0,9 _
PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,399	0,407	0,379	0,382	0,375	0,351	-2,5 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,708	0,714	0,697	0,691	0,676	0,639	-1,9 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,413	0,402	0,435	0,446	0,480	0,566	6,3 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,327	0,314	0,329	0,329	0,349	0,409	4,2 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,195	0,200	0,231	0,236	0,245	0,253	5,6 ***

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2)Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso o teste **t** revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

mais bem percebida ao se ter em conta que somente na região nordestina vem se reafirmando a supremacia da agricultura mercantil na geração de postos de trabalho.

A diminuição do predomínio da agricultura se denota pela redução do valor da proporção **- PEAR não-agrícola / PEAR agrícola -** nas demais regiões, conforme apresentado na Tabela 09, sendo que essa perspectiva pouco se altera quando se considera o conceito de PEA ampliada, pois também não se teve indício de queda na PEA rural e na PEA rural ocupada. A PEA com ocupação não-agrícola cresceu em todas as regiões e a PEA com ocupação agrícola foi declinante na maioria das grandes regiões modificadas.

Considerando-se a tendência de redução do valor da proporção **PEAR agrícola / Com dez anos ou mais de idade**, colocada na Tabela 09, denota-se a perda da importância relativa do pessoal ocupado em empreendimento agrícola mercantil ou, indiretamente, a queda da supremacia ocupacional da produção agrícola mercantil no meio rural brasileiro.

Enfim, grosso modo, é razoável assumir que o aumento do pessoal ocupado em atividade comercial não-agrícola remete à aceitação das respectivas hipóteses enunciadas sobre a dinâmica regional da população rural do Brasil, ou ainda, da gradativa consolidação de um novo (e mais amplo) perfil ocupacional do meio rural brasileiro. Assim, e conforme suposto, a população rural paulista com dez anos ou mais de idade foi crescente a partir de 2001, num contexto de decréscimo da PEAR rural ocupada na agricultura. A população domiciliada no meio rural pau-lista continuou se distinguindo das demais, primeiro pela tendência de crescimento e, segundo, pela circunstância de que a agropecuária continuou não sendo o principal setor econômico quanto à ocupação das pessoas, o que já ocorria desde 1996/97.

Esse cenário tende a se manter em função da elevada taxa anual (9,4%) de crescimento da proporção entre a **-PEAR não-agrícola / PEAR agrícola-**, conforme mostrado na Tabela 09. Isto é, tendo-se em conta os microdados da PNAD, a região rural paulista já apresentava um perfil inverso daquele do restante da União, pois praticamente para cada grupo com três pessoas ocupadas em atividades comerciais só uma se engajava na agricultura em 2006.

Ademais, **o total da PEA paulista** engajada na agricultura cresceu a uma taxa de 1,6%, ao ano, principalmente devido ao crescimento da PEA ocupada na agricultura e residente no meio **urbano**, o qual cresceu a uma taxa anual de 5,0%, Tabela 10.

Tabela 10. População urbana da Grande Região de São Paulo por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						t^3
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Urbana	**35.951**	**36.502**	**37.124**	**37.728**	**38.185**	**38.921**	**1,6 *****
Com 10 anos ou mais de idade	30.217	30.552	31.286	31.737	32.453	33.247	1,9 ***
Economicamente ativa (ampliada)	17.987	18.646	19.029	19.376	20.304	20.810	2,9 ***
Sem declaração	0	3	2	6	2	0	_ _

Ocupada	15.930	16.489	16.657	17.185	17.944	18.726	3,2 ***
Grupamento não-agrícola	15.421	15.854	16.019	16.515	17.270	18.042	3,1 ***
Grupamento agrícola	509	635	638	671	674	684	5,0 ***
Não ocupada e procurando emprego	2.056	2.157	2.372	2.191	2.360	2.084	0,7 _
Não-economicamente ativa	12.230	11.903	12.256	12.355	12.148	12.438	0,4 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Tal performance fez com que a população urbana ocupada na agricultura passasse a equivaler, em 2006, ao dobro da PEA rural com ocupação agrícola, sendo que essa preponderância da zona urbana já era nítida em 2001. O recuo da participação relativa do pessoal ocupado na agropecuária mercantil também se verificou na Grande Região Centro Oeste (+TO), muito embora nessa região de expansão de fronteira agrícola, a população rural integrante do grupo agrícola também tenha crescido no período de 2001 a 2006. Pelas informações da Tabela 09, a tendência de acréscimo do valor da proporção entre a **- PEAR não-agrícola / PEAR agrícola** - finalizou o período com um valor de 0,566, indicando que aproximadamente, nessa região, de cada três pessoas residentes no meio rural e ocupadas em atividades comerciais uma não tinha vínculo direto com a agricultura.

Na Grande Região Nordeste, o crescimento da população rural com dez anos ou mais de idade, no período de 2001 a 2006, sucedeu de modo distinto daquele do período de 1992-1997, tanto pelo ritmo mais acelerado de crescimento desse grupo populacional como por não ter sido acompanhado pelo decréscimo na PEAR. Tal resultado, na sua maior parte, também decorreu da considerável expansão da PEA ocupada em atividade comercial não-agrícola, uma vez que a partir de 2002 foi declinante a PEA engajada em atividade agrícola mercantil.

Isto corrobora a hipótese geral de ampla reincidência dos movimentos demográficos "destoantes" dos anos noventa do século passado. O acréscimo na PEAR rural ocupada em atividade comercial não-agrícola na agricultura impõe a rejeição da hipótese efetuada sobre o inexpressivo desempenho desse grupo populacional na grande região nordestina, conforme mostrado na Tabela 04. Isto também revela a presença do gradativo processo de perda de predomínio setorial da agricultura nessa região, principalmente, pelo declínio do valor da proporção entre a **PEAR agrícola / PEAR ocupada.** Além disso, foi ascendente o valor da proporção **-PEAR não-agrícola / PEAR agrícola-**, segundo as informações disponíveis na Tabela 09. Todavia, a região nordestina deverá continuar se diferenciando apenas por abrigar, em termos absolutos, a maior população rural do país e por apresentar o menor valor da relação **- PEAR não-agrícola / PEAR agrícola-.**

A Sudeste (-SP) e a Sul foram as grandes regiões onde a população rural não aumentou, e onde a população rural com dez anos ou mais de idade permaneceu quase inalterada, bem como reproduziu a principal diferença entre os dois períodos em análise a qual, de modo mais seguro, se expressa na ausência de redução na PEAR rural ocupada de 2001 a 2006. Conforme pressuposto, continuou prevalecente o ritmo mais acentuado de aumento da PEA rural ocupada em atividade comercial não-agrícola, sendo que, contrariamente a suposição efetuada, essa expansão foi suficiente para evitar a redução do total da PEA rural ocupada em ambas regiões. Desse modo, essas duas regiões apresentaram movimento demográfico diferenciado do restante do país durante o período 2001 a 2006, sendo que a grande região Sul

reproduziu a mesma tendência de decréscimo da população rural observada durante o período de 1992 a 1997. Não obstante a continua perda de predomínio do setor agrícola no cenário rural, a agricultura deverá permanecer como segmento majoritário quanto a PEAR rural ocupada, durante a próxima década, nas grandes regiões do Nordeste e Sul.

As similaridades no plano nacional e regional quanto à dinâmica recente da população rural não conduziu, contudo, a uma maior homogeneidade no perfil das regiões. A vigência atual das principais diferenças regionais observadas no período de 1992 a 1997 reforça a importância da regionalização das ações públicas de desenvolvimento rural, além de tornar recomendável a pormenorização da análise no plano das Unidades da Federação. Enfim, nos dias atuais é plausível considerar que no plano regional também não se verifica a conexão direta entre o êxodo agrícola e a diminuição da população residente no meio rural. Ou melhor, que o avanço da população rural ocupada em atividade comercial não-agrícola junto com a redução da população ocupada na agricultura mercantil são os movimentos demográficos, embora com incidência desigual, comum a todas as regiões que sinaliza para a ampla aplicabilidade da noção que se tem designado de "novo rural".

3.3 Contexto paranaense

Conforme pode ser verificado pelas informações Tabela 11, a dinâmica da população rural do estado do Paraná, grosso modo, manifestou uma demografia pouco distinta das grandes regiões ou da Federação, no período de 2001 a 2006. Os resultados dessa UF favoreceram a aceitação da hipótese de trabalho de que o avanço do pessoal ocupado em ati-

Tabela 11. População rural do estado do Paraná por condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa de crescimento anual no período de 2001 a 2006.

Item	Ano						T[3]
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
	1.000 pessoas						
Rural	**1.736**	**1.669**	**1.609**	**1.670**	**1.660**	**1.614**	**-1,0 ***
Com 10 anos ou mais de idade	1.414	1.361	1.318	1.375	1.368	1.337	-0,6 _
Economicamente ativa (ampliada)	1.054	1.016	1.018	1.014	1.025	1.016	-0,5 *
Sem declaração	0	0	0	0	1	0	_ _
Ocupada	1.032	993	1.003	984	1.003	992	-0,5 *
Grupamento não-agrícola	207	232	216	237	258	265	4,9 ***
Grupamento agrícola	825	761	787	747	746	727	-2,1 ***
Não remunerada	33	31	34	39	36	30	0,5 _
Não-agrícola	2	2	0	1	1	3	_ _
Agrícola	31	31	34	38	36	26	-0,5 _
Próprio uso ou consumo	116	106	119	106	138	146	5,4 **
Autoconstrução	2	1	1	0	1	1	-18,3 *
Autoconsumo	114	105	119	106	138	145	5,6 **
Economicamente ativa (restrita)[2]	905	879	865	869	850	840	-1,3 ***
Ocupada	883	856	850	839	828	817	-1,4 ***
Não-agrícola	203	230	215	236	257	261	4,9 ***
Agrícola	680	626	635	603	572	555	-3,7 ***
Não ocupada e procurando emprego	22	23	16	30	22	23	2,4 _
Não-economicamente ativa	360	345	299	361	342	321	-1,1 _

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa, ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

2)Taxa média de variação anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

vidade não-agrícola não tem sido suficiente para sobrepor a redução da PEAR rural ocupada na agricultura. A mesma conduta se aplica para o restante da hipótese formulada, ou seja, de que nessa UF as referidas tendências se expressariam em ritmo mais acelerado que aquele da

União, ou seja, naquela UF persiste o êxodo agrícola e rural. Ainda que a distribuição seqüencial do valor das estimativas da população não tenha tido, aparentemente, uma convergência muito próxima daquela representada pelo modelo de regressão preconizado.

A principal diferença com relação à União foi que no estado do Paraná, a população rural e a população rural com dez anos ou mais de idade tenderam a redução no período de 2001 a 2006, à semelhança do que aconteceu na década de noventa. Isto é, a demografia da área rural paranaense ainda se mantém diferenciada do restante do país pela modernização tecnológica da agricultura e pelo lento esvaziamento populacional da zona rural.Tendo-se em conta as informações da Tabela 11, a população da referida área, em 2006, situou-se torno de 1,6 milhões de habitantes. Isto é, teve uma redução de 122 mil habitantes em relação a 2001.

Esse *déficit* populacional derivou, em parte, da diminuição de cerca de 77 mil pessoas com dez anos ou mais de idade. Este último grupo era composto por cerca de 39 mil pessoas que se declararam como inativas e por 38 mil pessoas que informaram estar ocupadas ou estavam desocupadas e procurando emprego na semana de referência.

O *déficit* ao final do período mais recente teria sido, seguramente, maior caso a diminuição do grupo das pessoas ocupadas na agricultura mercantil, ao redor de 125 mil pessoas, não fosse em parte compensado pelo aumento no grupo de pessoas ocupadas em atividade comercial não-agrícola, que no conjunto totalizou foi quase de 58 mil pessoas. Conforme suposto, nesta UF a expansão da PEA rural não-agrícola foi insuficiente para sobrepor com sobra a redução na PEA agrícola, notadamente pela redução da PEAR rural agrícola, sendo que esta última também foi compensada, parcialmente, pelo expressivo aumento da PEA engajada no autoconsumo.

Neste contexto de redução também da PEAR rural ocupada, a circunscrição rural paranaense, ainda que de modo vagaroso, vem deixando de alojar as funções de trabalho e de moradia, em função da condição quase estacionária dos valores das proporções **-Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade-,** conforme pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12. Evolução da participação relativa entre os principais agrupamentos da população rural do estado do Paraná, e taxa anual de crescimento no período de 2001-2006.

Item	Ano						T^2
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	%
Não-economicamente ativa / Com dez anos ou mais de idade	0,255	0,254	0,227	0,263	0,250	0,240	-0,5 _
Sem ocupação econômica**1** / Com dez anos ou mais de idade	0,270	0,270	0,239	0,285	0,266	0,258	-0,3 _
PEAR ocupada agrícola / Com dez anos ou mais de idade	0,481	0,460	0,482	0,439	0,418	0,415	-3,1 ***
PEAR agrícola / PEAR ocupada	0,770	0,731	0,747	0,719	0,690	0,680	-2,3 ***
PEAR não-agrícola / PEAR agrícola	0,298	0,368	0,339	0,391	0,449	0,470	9,0 ***
PEA não-agrícola / PEA agrícola	0,250	0,304	0,274	0,317	0,346	0,365	7,1 ***
Autoconsumo / Grupamento agrícola	0,138	0,138	0,151	0,141	0,185	0,200	7,9 ***

Fonte: FIBGE - Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 a 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Sem ocupação econômica = Não-economicamente ativa + não ocupada e procurando emprego.

2)Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados.***, **, * - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

A relativa queda na funcionalidade associada ao alojamento da ocupação econômica de grande parcela da população residente na zona rural paranaense se deveu, basicamente, à tendência de contração da capacidade da agricultura mercantil em reter postos de trabalho. Atesta isso, a tendência consistente de redução do valor da proporção entre a **PEAR agrícola** / **Com dez anos ou mais de idade** e da **PEAR agrícola** / **PEAR ocupada**. A tendência de redução do valor dessa última proporção também sinaliza para a continuidade do processo de perda do predomínio da agricultura como fonte de ocupação para a população rural paranaense.

Tal processo se reafirma pela elevada taxa de variação anual (9,0%) na proporção **PEAR não-agrícola** / **PEAR agrícola**, que fez com que em 2006, de cada grupo de cinco pessoas ocupadas em atividade comercial duas estavam engajadas em ocupação não-agrícola. Em 2001 tal proporção era de duas para cada seis pessoas ocupadas no meio rural paranaense.

Conforme mencionado acima, o processo de gradativa perda de predomínio da agricultura no meio rural paranaense não se desfaz ao se considerar o atual conceito de PEA, pois segundo as informações da Tabela 11, também foi cadente a quantidade de pessoas integrantes do grupo agrícola que incluí as pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo e os trabalhadores da agricultura mercantil não remunerados com jornada de até quinze horas semanais. Reforça isso o fato de que o valor da relação **-PEA não-agrícola** / **PEA agrícola** - cresceu a uma taxa anual de 7,1%, no estado do Paraná durante o período de 2001 a 2006, tanto em função do decréscimo do pessoal ocupado na agricultura mercantil à taxa de ¯ 3,7% ao ano, como pelo expressivo aumento na quantidade de pessoas ocupadas fora da agricultura à taxa de 4,9% ao ano (Tabela 12).

Os valores dessas taxas foram maiores no período de 1992 a 1998 conforme se constata no Anexo D. A respectiva redução no valor dessas taxas, no período recente, frustrou a confirmação dos prognósticos estipulados, ou melhor, impõe a indicação de uma nova ocasião para a expectativa de equivalência populacional entre a PEAR com ocupação agrícola e a PEAR com ocupação não-agrícola, a qual *ceteris paribus* deverá ocorrer em 2015. Também se deve postergar para além da próxima década a ocorrência do amplo domínio da PEAR com ocupação não-agrícola na PEA rural ocupada paranaense.

No estado do Paraná também cresceu a importância relativa do autoconsumo, embora isso tenha decorrido, em boa parte, pelo encolhimento da população engajada na agricultura mercantil, (Tabela 11). Esse avanço do grupo das pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo também suscita uma revisão dos contornos do novo rural, bem como da agenda de P&D para a agropecuária, especialmente quanto à promoção do autoconsumo como estratégia de segurança alimentar para os habitantes do meio rural. Em síntese, afora as diferenças nos valores das taxas anuais, o processo de conformação do novo rural teve seqüência no estado do Paraná no período de 2001 a 2006, resultado que se mantém independentemente do conceito de PEA utilizado.

Por fim, a perspectiva de prosseguimento do processo de gradativa consolidação do novo rural não requer a supressão do predomínio que a agropecuária exercia sobre o pessoal ocupado residente na área rural, como já se observava no estado de São Paulo desde a década passada e no estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal a partir de 2006, e em vias de ocorrer no estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o que pode ser verificado no Anexo E. Também em conformidade com o atual conceito de PEA não se verificou tendência de decréscimo da participação relativa da PEA ocupada na produção para o próprio consumo, no período de 2001 a 2006.

4. Conclusão

A averiguação da recente evolução da população residente nas áreas rurais do Brasil permitiu constatar que essa população passou a se expandir, ainda que em ritmo lento, diferindo da tendência de se manter estacionária conforme sucedeu na década precedente. Afora essa marcante distinção entre os dois períodos analisados a inspeção das áreas rurais do Brasil através da condição de atividade de seus habitantes, ou da ocupação de seus moradores,

também permitiu reafirmar que o meio rural tende a ser economicamente diversificado, ou seja, bem mais heterogêneo que aquele passível de ser detectado, por exemplo, pela vistoria limitada ao uso da terra ou à produção agropecuária.

A observação ao longo do tempo da composição multissetorial da ocupação dos habitantes da zona rural tem mostrado que a mesma apresenta um perfil mutável cuja dinâmica atual sinaliza para a inauguração de um padrão distinto daquele que vigorava há quase três décadas. A diferença que sobressaí no novo perfil se manifesta na inversão da importância relativa dos agrupamentos populacionais de maior vulto na área rural.

Assim, ao contrário do passado quando o meio rural era predominantemente agrário, no novo perfil o conjunto constituído pelas pessoas engajadas em atividade comercial não-agrícola será o segmento dominante da dinâmica da ocupação das pessoas no meio rural, bem como da evolução da população rural. Ademais, o grupo composto pelo pessoal ocupado na agricultura abrigará a menor parcela da população economicamente ativa e, por conseguinte, da população rural em idade ativa. Este é um dos prognósticos possíveis ao se considerar a continuidade das tendências observadas de 2001 a 2006, as quais, na sua maior parte, reproduziu a dinâmica demográfica do meio rural vigente no período de 1992 a 1997, que em conjunto convergiu para a gradativa inversão do tradicional perfil do meio rural.

Os principais contornos do futuro perfil do meio rural primordialmente já se encontravam delineados no estado de São Paulo desde 1996/97, sendo que nessa UF, em 2006, do total da população rural com dez anos ou mais de idade aproximadamente 38% declarou (na PNAD) que estava ocupada em atividade não-agrícola, cerca de 37% em inatividade, quase 16% estava engajada na agricultura mercantil, em torno de 6% estava desocupada e procurando emprego e pouco menos de 3% se ocupava na produção de autoconsumo. Isto, considerando-se o conceito de "PEA ampliada".

Porém, é desnecessário aguardar o final da supremacia da agricultura quanto à ocupação das pessoas residentes no meio rural para que se proceda a implantação de novas iniciativas públicas para o desenvolvimento rural, visto que, na continuidade das tendências vistoriadas é esperado, em termos gerais e ainda que em ritmo não acelerado, a permanência do crescimento da população rural. Assim, tem-se que o desenho de uma agenda relativamente mais eclética de ações públicas para o desenvolvimento rural já se justifica pela heterogênea composição econômica do meio rural brasileiro, que pode ser caracterizada pela coexistência dos seguintes segmentos, segundo GRAZIANO DA SILVA (2000, p. 1):

"a) Uma agricultura moderna, baseada em "commodities" e intimamente ligada às agroindústrias.

b) Um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e à prestação de serviços.

c) Um conjunto de "novas" atividades agropecuárias impulsionadas por nichos especiais de mercado".

Essa versão sintética da composição econômica do meio rural foi efetuada tendo-se como referência o conceito de PEA Restrita e, conforme sugere o atual conceito de PEA e a decorrente importância relativa do grupo de pessoas vinculado à produção para o próprio consumo, para uma descrição do atual mundo rural seria recomendável incorporar mais um segmento referente à produção de subsistência. Inclusive como maneira de se alertar para a importância dessa prática de promoção da segurança alimentar e geração de postos de trabalho no meio rural[12]. A nova ruralidade vai requerer um ajuste na organização pública

[12] Outros argumentos acerca da importância de um setor de subsistência são apresentados por DELGADO, Guilherme Costa e CARDOSO JR, José Celso. Universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In:

dedicada ao meio rural, o qual à primeira vista sinaliza para uma maior diversificação da programação, ou ainda, aponta para a implantação de novas agências com atuação complementar àquelas já existentes.

A maior diversificação, todavia, não é uma situação inusitada para as organizações públicas de P&D para agropecuária que já vem se defrontando com demandas de abrangência que variam quanto à amplitude geográfica dos objetivos e dos resultados (estado, região, microbacia, sistema de produção, produto, tipo de trabalho agrário e recurso produtivo) e âmbito temático (competitividade do agronegócio, segurança alimentar, preservação do meio ambiente, combate a pobreza, eqüidade social, inclusão social, sanidade animal agroenergia, agroecologia, agricultura familiar, integração entre lavoura e pecuária, uso da água etc.), e quanto às diversas áreas do conhecimento. Possivelmente, a mudança mais relevante seja a incorporação do âmbito regional como singularidade capaz de ordenar a concepção, a execução e a gestão de ações de P&D, além da inclusão de profissionais capazes de suprir a crescente agenda ambiental em equipes multidisciplinares já integradas por sócioeconomista, fitotecnista, zootecnista etc.

Entretanto, independentemente do prévio exercício da agência pública quanto à condução de uma agenda diversificada, a nova ruralidade passa a exigir um novo contexto institucional. Isto é, além da diversificação de natureza técnica e socioeconômica o redesenho das ações públicas requer a conciliação com outras demandas relacionadas à descentralização da governança e à democratização na concepção das iniciativas públicas para a melhoria da qualidade de vida e de cidadania dos habitantes das áreas rurais. A promoção de uma maior transparência da política pública junto com uma vigorosa interatividade entre os agentes formuladores/executores da iniciativa pública e os potenciais beneficiários das ações de P&D, certamente, se constitui numa mudança radical que enseja maiores dificuldades de consecução, conforme se comenta a seguir.

Adotando como referência de fundo o estado do Paraná, onde a população com ocupação não-agrícola não em crescido de maneira suficiente para compensar de modo superavitário o encolhimento da PEA com ocupação agrícola, e aonde o sistema estadual de P&D para a agropecuária vem experimentando uma recomposição, após quase uma década de irrisórios investimentos e de perda de pessoal qualificado, tem-se que o atendimento das citadas demandas sociais vai se deparar com quatro importantes desafios.

O primeiro, refere-se ao previsível acirramento do descompasso entre a costumeira carência de recursos, notadamente na organização pública de P&D, e a expansão da agenda de trabalho para acomodar ações de potencialização da base técnica de produção das novas atividades agrícolas, promoção da segurança alimentar e melhoria do meio ambiente, as quais presumivelmente não contarão com o proporcional aumento na despesa da respectiva organização pública. Mais improvável ainda é incorporação, no curto prazo, de outras agências públicas de P&D, (ou de um programa de pesquisa numa organização já atuante em P&D para a agricultura), voltada ao desenvolvimento da atividade não-agrícola do meio rural, mesmo aquelas atividades ligadas à transformação de produto agrícola. A previsível desproporção entre o aumento da demanda por inovações e da oferta de recursos públicos para a P&D, certamente, deverá afetar a agenda de trabalho destinada ao segmento da

---

LEITE, Sérgio (organizador). **Políticas Públicas e agricultura no Brasil,** 2001. Essa proposta também encontra apoio, ainda que como um setor parte de um agrupamento maior denominado de "setor de refúgio", em WELLER, Jürgen. **El empleo rural en agropecuária en el istmo Centroamericano**. Santiago, Chile, CEPAL, 1997.

moderna produção de *commodities*, ou ainda, deverá provocar um recuo nessa modalidade para se carrear recursos em prol das novas demandas.

A decorrente necessidade de acomodação da agenda de P&D permite visualizar o segundo desafio expresso na inexistência de critérios objetivos para se compor uma programação heterogênea de P&D. Isto é, a ausência de metodologia consagrada para se lograr uma adequada aplicação de recursos entre iniciativas de distinta natureza, tais como o aumento da produtividade da terra e a melhoria do meio ambiente, ou entre o aumento da produtividade do trabalho e a geração de emprego. A esse obstáculo se alia o terceiro, e um dos mais importantes desafios, que é de se delinear uma agenda de trabalho sancionável pela sociedade, ou que atenda ao interesse coletivo, num contexto de quase exclusividade de concepção da programação de P&D por parte do corpo de dirigentes e do quadro técnico. Principalmente nesse tipo de atividade que depende de um processo acumulativo no tempo, bem como de sua condução por organização pública, cujas diretrizes são ajustadas em função dos resultados das eleições.

O quarto desafio, possivelmente o mais relevante, é descentralizar a governança e promover a transparência no processo de concepção e execução da política pública de P&D para a agropecuária que, por um lado, requer um esforço para dissuadir o atual *staff* da agência pública de sua atual autonomia quanto à concepção e execução da agenda de P&D. Por outro lado, também exige a transposição da genérica situação de representatividade parcial e conservadora praticada pelos vários tipos de representação da coletividade catalisada pelo poder público, tais como conselhos locais, associações, comitês etc. Complementa este desafio tanto a falta de uma conduta de integração de propósitos de distinta natureza, tais como o aumento da produtividade do trabalho e a geração de empregos, além da pouca familiaridade com as vicissitudes das atividades de P&D para a agropecuária, por parte dos representantes dos vários públicos afins. Acrescente-se ainda, que a atual interatividade entre a organização de P&D e os representantes das partes interessadas tem se limitado à algumas ações pontuais de diagnóstico e difusão de inovações técnicas e, raramente, envolvendo compartilhamento nas etapas de identificação dos problemas/entraves prioritários e definição da carteira dos projetos prioritários de P&D.

A descentralização da governança, juntamente com a diversidade edafoclimática e socioeconômica do estado do Paraná, certamente, tornará ainda mais diversificada a demanda por inovações tecnológicas, circunstancia que tornará o montante de recurso disponível relativamente mais exíguo. A isso se acresce a necessidade de uma maior equipe de pesquisadores, frente ao caráter interdisciplinar requerido no projeto de P&D, enquanto instrumento que contribui para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Nesse contexto, a incorporação de mais uma modalidade de programa de P&D para a agropecuária numa organização pública já existente, o programa regional, deverá privilegiar a etapa de validação local de inovações agropecuárias que, normalmente, envolve projetos de curta duração e de menor demanda de recursos, ao menos na fase inicial do programa. A exigência de recursos públicos também poderá ser menor com a condução de atividades de P&D em parceria com agricultores, bem como por uma articulação de organizações públicas e privadas.

A estruturação de um programa regional de P&D é relativamente mais laboriosa que a convencional maneira de se compor uma programação de P&D, justamente pela necessidade de envolvimento de representantes das partes interessadas (*stakeholders*) via conferências locais destinadas à condução de um processo compartilhado de especificação dos projetos

prioritários para o desenvolvimento local. Todavia, é a ampla participação de *stakeholders*, notadamente na concepção e acompanhamento da agenda de P&D, que outorga uma nova institucionalidade, ou uma conduta capaz de promover maior transparência e uma governança descentralizada na condução da política pública de P&D para a agropecuária paranaense.

5. Referências bibliográficas

BALSADI, O. V. **O Programa Cartão Alimentação (PCA) em Números: Balanço de sua Implementação e Contribuição para as Políticas Públicas**. In: CD-ROM dos Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Cuiabá/MT, julho de 2004.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. In: **Encontros de Socialização dos Conceitos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER**. MDA, Agosto / Setembro, Curitiba/PR, 2005.

DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C. A Universalização dos direitos sociais no Brasil; a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das Ocupações Não-agrícolas no Meio Rural Brasileiro**. Campinas , São Paulo, 1999. Tese de doutoramento p. 28-32

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupações e Rendas Rurais no Brasil. In: IAPAR. **ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas**. Londrina/PR, IAPAR, 2000.

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. **Mudanças recentes no mercado de trabalho rural** In: CD-ROM dos Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Fortaleza/CE, julho de 2006.

GONÇALVES, J. S. Crescimento do produto e conteúdo da produtividade na agropecuária brasileira do período 1975-2003. ***Informações Econômicas***, SP, v.37, n. 8, ago. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O NOVO RURAL BRASILEIRO: uma atualização para 1992-98.** Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/atualizacao.html>. Acesso em: 22 de jan 2008 10:50:20.

LAURENTI, A. C. & DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Vol. 1, Cap. 1, Jaguariúna. São Paulo, EMBRAPA, 2000, p 15 – 65.

LAURENTI, A, C. Terceirização dos Trabalhos Agrários e o Novo Rural. In: IAPAR. **ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas.** Londrina/PR, IAPAR, 2000.

WELLER, J. El Empleo Rural en Agropecuaria en el istmo Centroamericano. **Revista de la CEPAL**, 1997, 62 : 75-90 (ago).

6. Agradecimento

A realização deste artigo contou com a prestimosa colaboração do parceiro de trabalho Moacyr Doretto, principalmente na montagem das sintaxes (SPSS versão 7.5) de processamento dos microdados da PNAD.

7. Anexos

Anexo A - População total, segundo a situação de domicílio, e população rural com dez anos ou mais de idade pela condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil 1981/1999. (milhões de pessoas)

População	Milhão de Pessoas			Taxa anual (%)	
	1.981	1.992	1.999	81-92	92-99
Total	119,7	145,4	160,3	1,8 ***	1,4 ***
Urbana	85,2	113,4	127,8	2,6 ***	1,7 ***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7 ***	0,2
Rural com 10 anos e +	24,2	23,8	25,4	-0,2 *	0,9 ***
"PEA restrita" rural	13,9	15,0	15,4	0,7 ***	0,0
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6 ***	-0,2
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4 ***	-1,7 ***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2 ***	3,7 ***
Desempregados	0,3	0,3	0,6	7,6 ***	10,8 ***
Não -Economicamente Ativos	10,3	8,8	10,0	-1,4 ***	2,2 ***
Aposentados e pensionistas	1,2	1,5	2,2	1,9 ***	5,7 ***
Outros inativos	9,1	7,3	7,7	-2,0 ***	1,4 ***

Fonte: Projeto Rurbano, IE/UNICAMP e ASE/IAPAR, outubro/2000. Copiado da tabela 02 do segundo artigo que integra o livro intitulado "ORNAs – Ocupações Rurais Não-Agrícolas" op cit pg 02.

a) Não incluí a população rural da região Norte, exceto o estado de Tocantins.

b) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. ***,**,* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

c) Estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não uma tendência nos dados.

Anexo B: População com 10 anos ou mais de idade segundo a situação de domicílio, Grandes Regiões (modificadas) 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas (1)	População	Pessoas (1.000)						Taxa anual (%)	
		1.981	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	81-92[a]	92-97[b]
Nordeste	Total	**25.060**	**32.093**	**32.759**	**33.905**	**34.716**	**35.295**	**2,3 *****	**1,8 *****
	Urbana	13.758	20.083	20.821	21.863	22.542	22.936	3,6 ***	2,6 ***
	Rural	11.302	12.010	11.938	12.042	12.173	12.359	0,6 ***	0,5 *
São Paulo	Total	**20.211**	**25.854**	**26.419**	**27.784**	**28.395**	**28.853**	**2,3 *****	**2,3 *****
	Urbana	18474	24.145	24.594	25.910	26.577	26.991	2,5 ***	2,4 ***
	Rural	1.737	1.709	1.825	1.874	1.818	1.862	-0,1	1,3 *
Sudeste (-SP)	Total	**20.921**	**25.208**	**25.620**	**26.567**	**27.038**	**27.263**	**1,7 *****	**1,6 *****
	Urbana	16.679	21.238	21.609	22.426	22.880	23.118	2,2 ***	1,7 ***
	Rural	4.243	3.970	4.011	4.141	4.158	4.145	-0,6 **	0,9 ***
Sul	Total	**14.743**	**17.799**	**18.075**	**18.727**	**19.131**	**19.243**	**0,1 *****	**1,7 *****
	Urbana	9.247	13.367	13.778	14.497	14.883	15.067	3,4 ***	2,5 ***
	Rural	5.496	4.433	4.297	4.230	4.248	4.176	-1,9 ***	-1,0 ***
Centro Oeste (+TO)	Total	**5.704**	**8.193**	**8.475**	**8.958**	**9.230**	**9.429**	**3,3 *****	**1,7 *****
	Urbana	4.247	6.530	6.786	7.215	7.416	7.653	4,0 ***	3,2 ***
	Rural	1.456	1.663	1.688	1.743	1.814	1.776	1,2 ***	1,6 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA - IE/Unicamp, Fevereiro 1999. Copiado da tabela1 2 do capítulo 1 do livro intitulado "O novo Rural Brasileiro – Uma Análise Nacional e Regional" op cit pg 02.

(1) Não incluí a Grande Região Norte (-TO).

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. ***,**,* significam respectivamente 5%, 10% e 20%..

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

Anexo C. "PEAr" rural ocupada segundo o ramo de atividade, Grandes Regiões (modificadas) 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas (1)	"PEAr" rural Ocupada	Pessoas (1.000)						Taxa anual (%)	
		1.981	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	81-92[a]	92-97[b]
	Total	**6.102**	**7.163**	**7.210**	**7.214**	**6.677**	**7.043**	1,5 ***	-0,8
Nordeste	Agrícola	4.581	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	1,8 ***	-1,1
	Não-agrícola	1.521	1.600	1.934	1.698	1.698	1.735	0,5	0,0
	Total	**1.011**	**1.004**	**1.062**	**1.060**	**1.014**	**980**	**-0,1**	**-0,7**
São Paulo	Agrícola	682	612	636	543	527	454	-1,0	-5,9 ***
	Não-agrícola	329	393	426	517	487	526	1,6 *	5,9 ***
	Total	**2.270**	**2.307**	**2.332**	**2.340**	**2.278**	**2.285**	**0,1**	**-0,3**
Sudeste (-SP)	Agrícola	1.829	1.679	1.700	1.618	1.587	1.543	-0,8 **	-1,8 ***
	Não-agrícola	441	628	632	722	691	742	3,3 ***	3,5 ***
	Total	**3.654**	**3.209**	**3.086**	**2.986**	**2.935**	**2.830**	**-1,2 *** **	**-2,3 *** **
Sul	Agrícola	3.043	2.570	2.442	2.318	2.182	2.066	-1,5 ***	-4,1 ***
	Não-agrícola	610	639	644	668	753	764	0,4	3,9 ***
	Total	**760**	**1.007**	**1.012**	**1.013**	**1.000**	**1.006**	**2,6 *** **	**-0,1**
Centro Oeste (+TO)	Agrícola	600	770	772	734	675	686	2,3 ***	-2,8 ***
	Não-agrícola	159	237	241	279	325	320	3,7 ***	7,2 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA – IE/Unicamp, Fevereiro 1999. Copiado da tabela1 4 do capítulo 1 do livro intitulado "O novo Rural Brasileiro – Uma Análise Nacional e Regional" op cit pg 02.

(1) Não inclui a Grande Região Norte (-TO).

a) Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não. ***,**,* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão *log-linear* contra o tempo. Aqui, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

Anexo D. Evolução da população rural ocupada, segundo a condição e o ramo de atividade, Brasil, Grandes Regiões (modificadas) e estado do Paraná, 1992-2010. (1.000 pessoas)

Grande Região, condição e ramo de atividade		Ano							Taxa anual[b]
		1992	1993	1995	1996	1997	1998	2010[a]	1992-1998
	Ocupada[c]	14.689	14.702	14.613	13.905	14.144	14.238	14.240	-0,8**
Brasil	Agrícola	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	9.615	7.204	-2,4***
	Não-agrícola	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	4.624	7.037	3,6***
	Ocupada	7.163	7.210	7.214	6.677	7.043	7.137	7.005	-0,4
Nordeste	Agrícola	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	5.034	4.313	-1,3
	Não-agrícola	1.600	1.934	1.698	1.698	1.735	2.103	2.692	2,1*
	Ocupada	2.307	2.332	2.340	2.278	2.285	2.211	2.238	-0,6**
Sudeste (-SP)	Agrícola	1.679	1.700	1.618	1.587	1.543	1.443	1.078	-2,4***
	Não-agrícola	628	632	722	691	742	768	1.161	3,5***
	Ocupada	1.004	1.062	1.060	1.014	980	1.009	1.326	-0,6
São Paulo	Agrícola	612	636	543	527	454	445	214	-5,9***
	Não-agrícola	393	426	517	487	526	564	1.113	5,8***
	Ocupada	1.007	1.012	1.013	1.000	1.006	1.082	1.557	0,7
Centro Oeste (+TO)	Agrícola	770	772	734	675	686	691	523	-2,3***
	Não-agrícola	237	241	279	325	320	391	1.035	8,4***
	Ocupada	3.209	3.086	2.986	2.935	2.830	2.799	2.499	-2,2***
Sul	Agrícola	2.570	2.442	2.318	2.182	2.066	2.002	1.216	-4,1***
	Não-agrícola	639	644	668	753	764	797	1.283	4,0***
	Ocupada	**1.139**	**1.092**	**1.049**	**985**	**976**	**941**	**972**	**-3,1*** **
Paraná	**Agrícola**	**976**	**909**	**869**	**782**	**750**	**675**	**338**	**-5,6*** **
	Não-agrícola	**162**	**182**	**180**	**203**	**226**	**267**	**634**	**7,5*** **

Fonte – Tabulação especial da PNAD, Projeto Rurbano, NEA - IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Janeiro 1999. Copiado da tabela 02 do primeiro artigo que integra o livro intitulado "ORNAs – Ocupações Rurais Não-Agrícolas) op cit pg 02.

a) População esperada para o ano 2010 considerando-se a taxa anual de crescimento estimada para o período 1992-1998.

b) Estimativas obtidas a partir dos valores dos coeficientes das regressões *log-lineares* da população contra o tempo. Neste caso *, ** e *** indicam que, com uma margem de 20%, 10% ou de 5% de probabilidade para o teste **t** de Student, a evolução das respectivas populações assemelha-se à tendência especificada no modelo hipotético de crescimento. Assim, os valores das taxas sem asterisco indicam que, probabilisticamente, os mesmos não diferem de zero. Tal resultado pode significar que a respectiva população se manteve estagnada no período, ou que sua evolução difere daquela prevista no modelo de regressão.

c) População economicamente ativa restrita (PEAr), conforme Del Grossi (1999).

Anexo E. População rural segundo a faixa etária e o setor de atividade, por Unidade da Federação, 2006.

Unidade da Federação	População (1.000 pessoas)					
	Total[1]	Com menos de dez anos de idade	Com dez anos ou mais de idade			
			Total	Ocupada[2]		
				Total	Não-agrícola	Agrícola
Tocantins	347	65	281	196	42	154
Alagoas	996	238	758	463	94	399
Bahia	4.555	915	3.640	2.340	462	1.878
Ceará	1.944	384	1.560	1.039	269	770
Maranhão	2.045	497	1.548	1.041	200	841

Paraíba	859	148	711	465	131	334
Pernambuco	1.972	451	1.521	1.000	194	806
Piauí	1.195	254	941	664	119	545
Rio Grande do Norte	842	155	687	380	**160**	**220**
Sergipe	357	60	297	200	49	151
Espírito Santo	619	103	517	345	83	262
Minas Gerais	2.993	502	2.490	1.795	359	1.436
Rio de Janeiro	488	77	410	230	**152**	**78**
São Paulo	2.243	382	1.861	1.043	**700**	**342**
Paraná	1.614	277	1.337	992	265	727
Rio Grande do Sul	2.028	286	1.742	1.360	332	1.028
Santa Catarina	1.047	156	891	675	195	479
Goiás	657	117	540	370	116	254
Mato Grosso	670	134	536	378	79	299
Mato Grosso do Sul	352	61	291	208	63	145
Distrito Federal	143	31	113	63	**53**	**10**
Brasil	**27.963**	**5.292**	**22.671**	**15.245**	**4.086**	**11.158**

Fonte: IBGE – Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2006. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1. Afora as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2. Refere-se ao critério de contagem da PEA usual, vigente desde 1992.